

Acta nº3/2009

Aprovada 10/9/2009

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM TRINTA JUNHO DE DOIS
MIL E NOVE**

No dia trinta de Junho de dois mil e nove teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra - alteração;**
- Ponto 3 - Mapa de Pessoal dos Serviços de Transportes Urbanos de Coimbra - alteração;**
- Ponto 4 - Aquisição de gasóleo a granel pelos SMTUC-repartição de encargos;**
- Ponto 5 - Vigilância e segurança de instalações municipais - repartição de encargos;**
- Ponto 6 - Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno em S. Martinho de Árvore;**
- Ponto 7 - Atribuição de Medalhas de Ouro da Cidade de Coimbra a:**
 - António Jorge Moreira Portugal**
 - Maria Helena da Rocha Pereira**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Manuel Nunes da Silva, João Pedro da Fonseca Pinto, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José de Batista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, Maria Helena Brandão Moura Ramos e Paulo Luís Cunha Almeida.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, Jorge Manuel Morais Pratas, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

João Filipe Simões Amaro faltou justificadamente

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Isabel Maria Nobre Vargues, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, José Manuel Ferreira da Silva, e Maria do Carmo Correia dos Santos.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, António José Santos Jegundo, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

Independente:

Maria Reina Martin Pimpão.

PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Mário Mendes Nunes, Jorge Filipe de Gouveia Monteiro, Jorge Manuel Monteiro Lemos e Álvaro Santos Carvalho Seco

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Isabel Maria Nobre Vargues, como Primeira Secretária e Margarida Rodrigues Viegas como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, pelo período de 8 dias com início a 20 de Abril do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, João Pedro da Fonseca Pinto.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Eiras apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário da Junta – Ângelo Mendes Dias.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo tesoureiro da Junta – António José Santos Jegundo.

Período antes da ordem do Dia:

O Presidente da Mesa da Assembleia antes de dar a palavra, nos termos regulamentares, a uma Associação de uma escola de Coimbra, usou a sua intervenção para propôr um minuto de **silêncio** pelo falecimento do Deputado Municipal **Dr. José Augusto Brito Xavier**.

O presidente da Mesa deu a palavra a **1ª Secretária da Mesa Isabel Vargues** que disse:

"A palavra é muito simples.

Brito Xavier deixou-nos há pouco tempo, mas, é uma memória viva.

Também ele pelo seu exemplo de pai e cidadão hoje aqui a recordar. Foi alguém com quem trabalhamos ao longo dos anos e portanto esta Assembleia não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, é só um minuto de silêncio."

Intervenção do Representante da Associação de Educação, Solidariedade e Cooperação Internacional

“Caríssimos

Sr. Presidente da Câmara de Coimbra,

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Antes de mais Boa Tarde,

Hoje os jovens aqui presentes têm todo o prazer de dar a conhecer a Ass. Juv. ProMundo, Associação de Educação, Solidariedade e Cooperação Internacional. A ProMundo é um movimento inteligente e diferente, com um conceito completamente inovador na Área do apoio social no nosso país, e acima de tudo, na nossa cidade. Temos personalidade e contornos bem definidos, tendo como máxima o bem-estar do ser humano no Mundo, perante uma realidade cada vez mais heterogénea.

Quanto à nossa esfera de acção, podemos dividi-la em três grandes áreas:

1) Intervenções Locais, onde os principais objectivos são implementar o voluntariado juvenil na cidade e organizar projectos enriquecedores e dinâmicos, sempre de âmbito social. Neste contexto, realizámos já visitas a lares de idosos e ajudamos a organizar uma festa na penitenciária. Iniciaremos amanhã outro projecto, que consistirá na ocupação e formação de jovens em bairros onde há focos complexos da cidade, nomeadamente na Conchada. No horizonte futuro, perpetuaremos a nossa acção nestes bairros,

abriremos uma loja de Comércio Justo, e lutaremos por uma Coimbra com valores de inter-ajuda e reciprocidade, realçando as suas potencialidades como espaço de bem-estar social.

2) **Cooperação Internacional.** Nesta ambiciosa área lutaremos pelo implementar global de condições humanas e sociais, em harmonia com sistemas políticos credíveis e onde a alfabetização universal, saúde e água são prioridade. Durante o ano transacto trabalhámos com uma aldeia do Gana, onde nos concentrámos nos aspectos referidos anteriormente, tendo reabilitado uma fonte de água potável e estando de momento a construir uma escola e um centro de saúde. Para esse projecto, contámos com a colaboração de um atelier de arquitectura sediado em Coimbra, parceria da qual resultou uma candidatura ao concurso Mundial “Architecture for Humanity”. Oferecemos ainda 15 bicicletas a crianças do Gana, para que possam fazer mais rapidamente as 6 horas diárias a pé que as separavam da escola. Além do mencionado, criámos ainda o primeiro caso registado de Co-Desenvolvimento em Portugal, no qual, em conjunto com estudantes universitários guineenses, trabalharemos para uma saudável intervenção em Guiné-Bissau, tendo como meta um projecto de formação de formadores, bem como o auxílio à implementação de um sistema de educação eficaz e melhoria nas áreas da saúde e água potável.

Lutamos pelo Fundo 0,7%, juntando-nos aos esforços que têm vindo a ser empreendidos por vários países da Comunidade Europeia.

3) Por fim, mas não menos importante, a Educação e Sensibilização. Procuramos uma consciencialização informada sobre a actual situação mundial e as diversas formas através das quais, enquanto indivíduos, poderemos marcar a diferença. Ao longo do ano sensibilizámos mais de 5.800 pessoas em palestras e acções de sensibilização, processo a que daremos continuidade no próximo período lectivo, nomeadamente através da colaboração com diversas escolas secundárias e universidades, através do projecto de gemação: Uma Escola de Coimbra uma aldeia da Guiné-Bissau.

Desejamos, com o decorrer do tempo, tornar a ProMundo numa associação de solidariedade única, e dar continuidade a um projecto Conimbricense que nasceu na Escola Secundaria Avelar Brotero que comemora os seus 125 anos, projecto que por isso brotará a par com Coimbra, sem nunca abdicar de uma política de clareza e transparência. Se num período inicial receávamos a credibilidade que tínhamos junto das entidades e instituições pelo facto de sermos uma associação juvenil, apercebemo-nos agora que essa é a nossa maior vantagem - não só pela eterna cidade jovem em que nos sediamos, mas também porque os jovens de hoje serão os adultos de amanhã e acreditamos que os Senhores serão os primeiros a querer despertar o espírito de empreendedorismo e participação cívica na contínua construção da nossa cidade.

Reafirmamos com esta intervenção a nossa vontade indomável de mudar o mundo”

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

“Boa tarde a todos

Uma vez mais o que aqui me trás é o Hospital Pediátrico de Coimbra. Como a imprensa noticiou o deputado António Filipe do PCP, visitou ontem as obras do Novo Hospital Pediátrico. Na qualidade membro desta Assembleia e muito em especial por integrar uma comissão de acompanhamento aqui eleita, aproveitei esta oportunidade para me inteirar no local, do estado da obra e das expectativas para o arranque do seu funcionamento.

Fomos informados pelo Sr. Presidente da ARS que ao longo do último trimestre de 2009 o novo Pediátrico ficaria pronto. Os concursos para os equipamentos estão, uns concluídos outros a decorrer. Sobre os problemas surgidos em consequência de erros de projecto e detectados pelos técnicos de saúde do actual hospital pediátrico que têm acompanhado a obra nesta fase final, a ARS comprometeu-se a resolver aquilo que não acarretar derrapagem financeira, enfim, já estamos no ranking nacional com a ponte Europa....Das correcções às incompetências iniciais consta a alteração do tipo de portas previstas no projecto, portas com relevos para zonas acéticas. Foi aberto concurso para colocação de portas lisas nas zonas dos blocos operatórios. Sobre o reduzido tamanho da pala de protecção da entrada das urgências, será uma questão para resolver posteriormente. Devo com toda a sinceridade dizer que muito pessoalmente fiquei mais preocupada com os recursos humanos, pareceu-me que de cabimentação orçamental para admissão de pessoal é coisa de que ninguém fala, quando é sabido que, não só pelo aumento do espaço físico, mas principalmente pela passagem da cobertura da pediatria para aos 18 anos, há grande necessidade de reforço dos recursos humanos.

Apesar de estes não ser, nas próprias palavras do Presidente do Conselho de Administração do CHC “o modelo arquitectónico ideal, poderia ser bem melhor” há que salientar o grande empenho dos que deram e continuam a dar o seu melhor no velho pediátrico, e que agora estão a contribuir com dedicação e entusiasmo para a concretização do projecto porque tanto lutaram e que tão necessário é para melhorar a qualidade da prestação dos cuidados de saúde das crianças e jovens.

Indo agora mais às questões do novo Pediátrico da responsabilidade da CMC, gostava que o Sr. Presidente informasse esta Assembleia do estado e da calendarização dos arruamentos e infra-estruturas necessárias, nomeadamente dos esgotos que continuam por ligar, sendo certo que há equipamentos que têm que ser testados bastante tempo antes do arranque do hospital. Ficamos inclusivamente a saber que a casa da ACREDITAR, só não está ainda a funcionar por falta de acessos. Sr. Presidente depois de toda esta luta pelo novo hospital pediátrico, que não seja a Câmara de Coimbra a responsável por mais atrasos ou funcionamentos precários.

Também gostaria de referir a estupefacção com que todos ficamos ao reparar num prédio/típico mamarracho que nasceu do lado esquerdo da entrada exterior do HP, perguntamos o que era e pasme-se! é uma obra particular. Gostávamos de saber como, quem e principalmente quando foi conseguido um tal licenciamento e a que fim se destina.

Já que aqui estou aproveito, também, para pedir ao Sr. Presidente que nos dê as últimas informações, que começaram já a vir a público, sobre a nova penitenciária. É expectável que para um assunto de tamanha importância, e já

aqui tão debatido, que os deputados municipais saibam directamente por V.Ex.^a o que se está a passar, já que a imprensa está a retomar essa questão.”

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Tentei hoje não fazer qualquer tipo de intervenção, até porque estamos a chegar ao fim deste campeonato. Mas levantaram-se questões importantes, e uma delas chamava a melhor atenção do Senhor Presidente da Câmara, para o que lhe vou dizer.

É tão importante que tem a ver com um protocolo que a Associação Integrar e o Rancho de Coimbra celebrou com esta Câmara outorgado pelo Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito ao funcionamento dos balneários do Rancho de Coimbra.

Pasme-se, os balneários vão fechar amanhã por falta de pagamento da Câmara Municipal de Coimbra.

A Câmara Municipal de Coimbra, num protocolo atribuiu à Associação Integrar 7.500€ para despesa de consumo e pagamento à funcionária servindo cerca de 400 banhos mês, na Baixa de Coimbra, para as pessoas tão carenciadas onde não tem de tomar banho.

Recebi ontem da Associação Integrar, um fax em que passo a ler;

(Em virtude de até ao momento, após um ano de funcionamento dos balneários, não termos recebido qualquer financiamento Câmara Municipal de Coimbra, informamos que iremos encerrar o espaço “Banhos Públicos”, a partir de amanhã).

Senhor Presidente V. Ex.^a que é tão sensível à área social, faço directamente a pergunta, o que é que se passa, para que não tivesse sido pago até hoje à Associação Integrar os 7.500€ há um ano, não é há um dia é há um ano!

E houve 130 mil euros para uma Feira, e houve muito mais coisas, prejudicando os que menos têm.

Chamava a atenção do senhor Presidente da Câmara para esta situação gravíssima social que vai acontecer em Coimbra com o encerramento dos “Banhos Públicos” do Rancho de Coimbra por falta de pagamento e repito de um ano da verba miserável de 7.500€.

A segunda pergunta que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara provavelmente o que estou a dizer está a passar-lhe ao lado.

Mas amanhã, provavelmente lhe chegará por outros meios a comunicação e aí irá responder.

Gostaria de perguntar-lhe se pode informar esta Assembleia do resultado da Inspeção efectuada pela Inspeção-Geral da Administração Local em relação à Polícia Municipal no que diz respeito ao exercício de 2003, visando o Comandante da Polícia Municipal, na altura, Comissário Lobão.

Quero dizer a V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara que alguém sabe do resultado, era de bom-tom V. Ex.^a também informar esta Assembleia Municipal que tanto alarido criou nos órgãos da Comunicação Social, que culminou com a saída do Comissário Lobão do Comando da Polícia Municipal.

Portanto, acho que nós autarcas eleitos e deputados municipais, devemos saber o resultado desta inspeção.

Por último, trago aqui uma questão que tem a ver, com os autarcas Presidentes de Junta, mais propriamente com a questão de atribuição à ACIC de 130 mil euros para a realização da Feira e que não concordo. Estou a dizer o que vem na comunicação social e é por isso que levanto o problema, se estiver errado é favor de me corrigir. Sou autarca, Presidente de Junta e sou solidário com o autarca da Freguesia de St^a Clara, haja uma correcção que beneficie a junta de freguesia de St^a Clara.

Dizer que foi aprovado por proposta do executivo 7 mil euros à Junta de St^a Clara, para fazer um evento daquela dimensão garantidamente melhor do que lá está. Há aqui qualquer coisa que não bate certo, 130 mil euros para uma tenda e 7 mil euros para uma Feira da Cidade de Coimbra, com a dimensão que tem a Feira Popular de Coimbra há qualquer coisa que está errado."

Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):

"Um cumprimento especial aos jovens aqui hoje presentes, parabéns por este projecto, por este desenvolvimento, isto é a prova provada também de que os jovens e as escolas e neste caso a escola que estão inseridos, porque nada nasce de geração espontânea. Isto, teve que ter o seu trabalho, o seu esforço, para este tipo de questões, estão de parabéns ao desenvolvimento deste projecto e de quem vos motivou.

A minha intervenção vai ser dirigida especialmente ao senhor Presidente da Câmara, na qualidade de vereador da Educação

"Exm^o Senhor vereador da Educação da Câmara municipal de Coimbra.

A CDU pretende esclarecer com V^a Ex^a algumas questões relacionadas com rede escolar do concelho e obras previstas a curto prazo em edifícios escolares, bem como questões relacionadas com novo modelo de Gestão escolar.

Tendo em conta que as actividades lectivas no 1^o ciclo terminaram recentemente, e prevista a conversão da EB1 de Montes Claros e EB1 de Coselhas, em centros escolares, vai ocorrer em período de tempo? Ou seja, que calendarização está prevista para estas obras e que implicações as mesmas podem ter no início do próximo ano lectivo?

Ainda sobre este assunto, é do nosso conhecimento que o parecer técnico da DREC, quanto a estas obras, foi favorável, com o entendimento, da DREC de que os referidos centros escolares vão possibilitar a concentração de alunos e o encerramento de algumas escolas do 1^o ciclo.

Senhor vereador da Educação a CDU entende que sendo a Carta Educativa do Concelho de Coimbra, o instrumento orientador da reorganização da rede escolar, a mesma tem e deve ser respeitada. Lembrar que a Carta Educativa remetia apenas para encerramento de escolas de lugar único. Como tal a CDU considera que, tudo o que ultrapasse o previsto na Carta Educativa, implicará a sua revisão, com o conhecimento e a aprovação nas instâncias devidas, designadamente por esta Assembleia Municipal.

Ainda sobre a questão da rede, mas agora na perspectiva educação pré-escolar, gostaríamos de saber se a Câmara de Coimbra já decidiu o futuro do jardim-de-infância da Solum. Este vai encerrar? Se fôr esta a opção, que destino está previsto para esse espaço? E, na continuidade desta solução,

quantas salas de actividades vão ser disponibilizadas no edifício da futura EB1 a construir?

Senhor vereador da Educação, a CDU considera pertinente, ter presente a realidade da oferta que, no caso, já não corresponde às necessidades da procura. Actualmente o Jardim-de-infância tem uma lista de inscrições que ultrapasse a lotação actual.

Entendemos, perante estes dados e porque se prevê a construção de um novo edifício que irá englobar também jardim-de-infância que a autarquia não pode deixar de considerar a construção de, pelo menos, uma 3ª sala, sob pena de se estar a investir numa solução que não irá corresponder às necessidades. E nesta lógica de programa a rede tendo em conta o crescimento populacional, entende a CDU que a Câmara de Coimbra deve, no caso da freguesia de Stº António dos Olivais, e também sensibilizar o senhor presidente da Junta de Freguesia, procurar uma solução viável para o jardim de infância dos Olivais, integrado na rede pública de educação pré-escolar em Julho de 2008, no Agrupamento Martim de Freitas, de forma a que o mesmo não esteja condenado a um provável encerramento, pois localiza-se numa áreas residencial onde não existe resposta de rede pública de jardim de infância. Já agora lembrar que nem rede pública nem rede social o que reforça a manutenção deste edifício.

Sobre o modelo de Gestão e Autonomia das Escolas é do conhecimento de todos, presumo, que tem estado a decorrer e a ser implementado do mesmo, dizia eu, que este modelo de gestão, que centraliza no Director todas as decisões, sendo mero executor da legislação em vigor, onde a autonomia passa a ser uma falácia, e a gestão democrática é passado, gostaria a CDU de ver esclarecidos os seguintes assuntos:

-Sobretudo, quais os critérios tido por esta autarquia para a designação dos seus responsabilidades no Conselho Geral.

-De que modo prevê a autarquia fazer a articulação entre as designados e o Departamento de Educação, tendo em conta que os mesmos, os tais designados pela autarquia não são técnicos do departamento da educação nem de outros serviços da autarquia."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Trago à vossa consideração e sobretudo à consideração do Senhor Presidente da Câmara quatro assuntos:

O primeiro diz respeito à recolha de resíduos sólidos urbanos, soubemos hoje pela Imprensa que no fim se semana não houve recolha de resíduos, que eu classifico de má gestão do pessoal que teria feito com que fossem excedidas o plafon de horas extraordinárias que cada um dos funcionários de higiene e limpeza da Câmara pode gastar até a haver necessidade de uma verba extraordinária.

Penso que ao chegarmos a este ponto, revela realmente que não há competência na gestão destes serviços.

Outra situação, esta mais grave, relativamente também à recolha de serviços urbanos tem a ver com aquela sessão espectacular que foi montada, frente ao Exploratório, para dentro da campanha eleitoral que tem vindo a ser feita pelo Senhor Presidente da Câmara para divulgar a aquisição de viaturas de

limpeza urbana e de recolha de resíduos sólidos urbanos, no valor de 2 milhões de euros.

Realmente folgo que finalmente ao fim de dois mandatos, esteja quase concluído o segundo tenha feito alguma coisa neste domínio já que muito bem referia o vereador se prolongava uma situação de uma frota que datava em meados dos anos 80, ora o Senhor Presidente da Câmara teve 8 anos para resolver esta situação e no final do mandato o que é que faz investe 2 milhões de euros na compra destas viaturas mas ao mesmo tempo anuncia que vai privatizar os serviços nos quais está a investir. Explica que há razões técnicas para tripartição dessa recolha, mas eu penso que se imponha explicações detalhadas, técnicas e económicas aqui, que justifiquem e sustentem uma tal decisão.

Considero absolutamente estranho, para não dizer outra coisa, que se invista 2 milhões de euros, em viaturas nomeadamente em recolha de resíduos entre outras, para depois se privatizar estes serviços, esta Assembleia necessita saber em que moldes é que vai ser feita esta privatização como é que vão ser articulados os serviços em empresa intermunicipal e os privados.

O segundo assunto que trago á consideração diz respeito ao choupal, e a travessia do choupal por um novo viaduto no âmbito do traçado do IC2.

Os factos são estes;

Tivemos em Coimbra 10 mil pessoas a assinar uma petição contra a violação do choupal pelo viaduto, tivemos 1500 pessoas a protestar num cordão humano, tivemos este fim de semana 1300 pessoas fazendo desporto apropriando-se dizendo “O Choupal é um espaço nosso”, não aceitamos que ele seja violado. E a Câmara Municipal continua surda!

A Câmara Municipal continua surda porque tem uma razão para estar.

Quero chamar a vossa atenção para o facto de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entre outros, me ter dito a mim, numa das últimas reuniões que aqui tivemos que se falou no Choupal para consultar o Site da Câmara Municipal que lá estaria toda a informação necessária para me informar. Pois não está! Como eu sabia que não estava.

A Plataforma do Choupal através de seis cidadãos que nela se reúnem interpôs uma acção administrativa especial sobre a forma de acção popular contra as Estradas de Portugal e do Ministério do Ambiente que são réus.

Ora o instituto de Estradas de Portugal enquanto réu requereu na sua contestação o que se chama a intervenção principal provocada pelo município de Coimbra. Isto, significa que no entender da Estradas de Portugal, é bom frisar isto por que não estou a inventar nada, o Município de Coimbra é um dos grandes interessados, senão, o verdadeiro interessado, o verdadeiro promotor deste viaduto. E se assim o Tribunal o entender será também réu neste processo.

Ora sabemos também que em 2003, a ideia da travessia do Choupal, por um novo viaduto, surge no âmbito de um estudo de mobilidade que foi encomendado pelo Dr. Carlos da Encarnação, ao Eng.º Álvaro Seco que é neste momento Presidente da Administração da Metro Mondego. Surge já em 2003 num estudo promovido pela Câmara.

Por outro lado sabemos também que as Estradas de Portugal, lançam no nó do Almegue, uma empreitada que não conta com aquela travessia. Ora, parece-

nos evidente que está aqui identificado, quem é o verdadeiro promotor desta travessia quem é que lançou esta ideia.

A pergunta que deixo aqui ao Senhor Presidente da Câmara.

É ou não verdade, que a Câmara exigiu esta nova travessia ao governo?

Esta questão tem de ser esclarecida e se não for aqui selo-a concretamente na justiça.

Por último, a questão que mais me preocupa é a questão da revisão do PDM.

Sensivelmente a meio deste mandato, o senhor Presidente da Câmara aqui nesta tribuna, perante esta Assembleia disse que um dos grandes feitos do seu mandato seria a elaboração de estudos de planeamento determinantes.

Eles são efectivamente, falava na Carta Educativa, cujo fiasco conhecemos, e que temos agora um documento absolutamente negativo a necessitar de revisão urgente, falou também do Plano Estratégico, que foi um Plano absolutamente incompetente elaborado por privados que não revelava sequer um conhecimento factual e estatístico fiável do município. Portanto mais um grande fiasco, uma grande trapalhada que os munícipes pagaram e falta agora os mais importantes e os mais determinantes e aqueles sobre os quais devemos centrar a nossa atenção que é o plano de urbanização e o PDM.

O PDM é o desenho da nossa Cidade, é o futuro da nossa Cidade, do seu todo, não se trata de um pequeno pormenor, trata-se da nossa Cidade, ora até hoje e está-se a concluir o mandato o Senhor Presidente da Câmara nada revelou sobre aquilo que está a ser feito, nos gabinetes da Câmara, já o disse publicamente e torno a dizer que está a ser feito à socapa.

Esta Assembleia aprovou por unanimidade uma proposta do Bloco de Esquerda, que deveria criar uma comissão de acompanhamento do processo de revisão do PDM, nunca foi posta em pratica, nunca foi concretizada essa deliberação unânime desta Assembleia por muita insistência minha.

Nesta altura, se esta Assembleia não tem conhecimento do que está a acontecer é urgente é imperativo que o tenha. Sabemos que há já desenhos, sabemos que há já plantas e exigimos que esses documentos sejam presentes à Assembleia Municipal para estudo comparativo com o actual PDM e para discussão clara e transparente desses documentos.

Desde logo vou deixar um requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia para que solicite a Planta de Ordenamento de Revisão do PDM de requalificação e classificação do solo para que nós todos a possamos estudar e espero que por uma vez o Senhor Presidente da Câmara se digne responder a este requerimento tal como por lei é obrigado.

Mais uma vez sublinho que desde o início do mandato não obtive uma única resposta aos requerimentos.

Mas desta feita, desde já o Bloco afirma que não cederemos nem um milímetro nesta questão e continuaremos a levanta-la até que seja levantado o pano sobre aquilo que está a ser preparado nas costas dos Conimbricenses.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

“A minha primeira palavra e a minha intervenção, vai ser dirigida a esta jovem associação pelo que me apercebi nasceu no seio de uma escola.

Parabéns; parabéns porque nos faz acreditar as escolas, de hoje em dia, são capazes de construir projectos, apesar do que se diz e como alguém já o disse é necessário ter um corpo docente, é necessário ter um professor, é

necessário ter alunos e jovens capazes ou seja, um conjunto dessas entidades de agente que formam o sistema educativo e que são capazes de dar corpo a esta associação e ao trabalho que vocês tem desenvolvido.

Fiquei muito orgulhosa de saber que há escolas, que há colegas, que há jovens que trabalham uma área tão sensível como é o voluntariado e como é a cooperação. Acredito também que vocês, não o disseram directamente, mas que também está na vossa mente trabalhar os objectivos do milénio, alias era isso a que se referiam é importante que sejam os jovens a passar esta mensagem daquilo que são os oito objectivos do milénio e que infelizmente tantos adultos, tantos cidadãos, tanta gente com responsabilidade neste país nem sabe o que são as oito ODM infelizmente.

Queria também dizer-vos, que acredito que as Câmaras Municipais são, não o exclusivo, mas um dos veículos melhores para apoiar estes projectos. Eu, sou de uma bancada, sou militante do CDS/PP, mas estou aqui como independente, mas vou fazer referência a uma câmara que não é do meu partido, porque nestas questões de educação e nestas questões de cidadania temos que ir sempre mais longe do que as camisolas e as cores dos partidos.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, é uma câmara do Alentejo, essa câmara é uma das quais que tem apoiado o voluntariado jovem, tem-no feito através de orçamento próprio, que o departamento de juventude tem, tem-no feito através do programa de Comunitário e Juventude em acção de 2007/2013.

Promoveu e levou 23 jovens da Escola Secundaria do Alentejo, a fazer uma semana de voluntariado numa Câmara de Itália perto de Milão, há muita gente neste país a tentar trabalhar os objectivos, do milénio e a tentar resolver nos jovens aquilo que vocês estão a fazer.

Agora tão em organizado com uma associação formada, registada eu ainda não tinha a oportunidade de ver. Dou-vos sinceramente os meus parabéns e isso dá-me orgulho de ser professora, honestamente e ao professor que vos acompanha parabéns por este excelente projecto.

O segundo ponto que queria aqui referir, é dar os parabéns ao meu camarada de bancada Dr. Serpa Oliva, membro do CDS/PP e membro desta Assembleia, foi, mais uma vez, indicado como cabeça de lista para as próximas legislativas pelo meu partido. Quero deixar-lhe uma mensagem, que tenho muito orgulho que o seu nome seja aquele que vai representar Coimbra, espero que desta vez o CDS saia do marasmo que tem vivido em termos legislativos e que efectivamente tenhamos um deputado do CDS, na próxima legislatura, que já teve bem perto e Coimbra não conseguiu perceber a mensagem que há 4 anos lhe tentou transmitir era um projecto credível e espero que isso aconteça.

Por último, estamos em final de mandato, aliás, se, se cumprir a lei teremos uma próxima Assembleia, mas será uma Assembleia provavelmente muito movida por questões eleitorais. Isto é, se consideramos que durante 4 anos, alguns que aqui estiveram efectivamente não fizeram outra coisa a não ser, pré campanha e pouco mais.

Mas dizia, na minha vida em tudo o que já exerci como profissional ou nas acções politicas que tenho desenvolvido, tenho o habito de fazer um balanço das acções que realizei, do certo e do errado, porque sou daqueles que acho e

efectivamente quando tenho dúvidas que me engano muitas vezes e quando erro costumo dizer que erro.

Não será este o momento nem a Assembleia própria, porque acredito que vamos ter a Assembleia conforme manda a lei em Setembro, que nos permita fazer isso, pois nessa altura farei obviamente o meu ponto de situação. Este mandato que me deu uma grande lição obviamente que me fez acreditar que vale a pena ter coluna vertebral, que vale a pena acreditar nos nossos ideais, que vale a pena defender o nosso partido, contra tudo e contra todos.

Dizia-vos que há uma coisa que eu gosto de fazer sempre, é ser isenta, ser minimamente justa nas minhas palavras e naquilo que eu penso. Nesse sentido, eu relembro não tanto, como o Bloco de Esquerda que nos fez aqui uma relação daquilo que o senhor Presidente da Câmara não respondeu. Não é um exclusivo seu, porque eu também tenho esse exclusivo, o Senhor Presidente não costuma responder, mas provavelmente não é por mal, é por uma questão de postura, ou então não ouve porque passa muito tempo ao telemóvel, o que também indica que Portugal em termos de comunicações de tique, efectivamente somos aqueles que estamos mais avançados e que mais usamos o telemóvel.

Mas dizia, e gostaria de lembrar que durante estes 4 anos que estive nesta Assembleia Municipal, apresentei sempre que o entendi, propostas que eram validas e uma delas que acho que era muito valida, até porque foi apoiada nessa altura eu pertencia a bancada “Por Coimbra” foi apoiada e preparada com o consentimento e aprovação das bancada “Por Coimbra” foi uma proposta de participação mais activa de cidadania dos cidadãos de Coimbra.

Já lá vão 2 anos, foi uma proposta quando eu a apresentei, nem o Senhor Presidente da Câmara, tinha conhecimento dessa proposta, nem a bancada o fez, apenas para ir contra uma proposta que apresentava o Bloco de Esquerda nessa altura, que era o orçamento participativo e que nós apresentamos uma proposta diferente, uma proposta que pretendia, duas coisas essenciais: Tornar este órgão mais claro, tornar este órgão efectivamente um órgão como diz a própria legislação independente, fiscalizador da actividade camarária e não um braço de poder.

Como este 4 anos também me ensinaram que a final é assim e pretendia também que se desse alguma dignidade às acções que aqui eram realizadas.

Antes de terminar o meu mandato, gostaria que pelo menos essa proposta, que foi uma proposta unanimemente aceite, foi uma proposta que saiu do seio da minha anterior bancada estivesse a funcionar, isto para que eu em Setembro, quando eu tente fazer o balanço de toda a minha actividade não venha aqui só mostrar negro, porque quero acreditar que algo de positivo também aconteceu.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés (Por Coimbra):

"O que hoje aqui me trás, em primeiro lugar trata-se de uma manifesta curiosidade, que tem a ver com algo que já foi aqui tratado nesta Assembléia, designadamente e como todos se recordam com a questão dos subsídios compensatórios que o governo tem atribuído a algumas empresas públicas do país, a Carris ou em relação aos Serviços de Transportes Colectivos do Porto e que a seu tempo, foram objecto de alguma preocupação na medida em que esta Assembleia já considerou como essa forma de governação como um

processo discriminatório em relação aos Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra.

E, no caso em concreto, tivemos conhecimento que no dia 7 de Maio, de 2009, foi proferido um acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, que se pronunciou exactamente sobre esta matéria. Quero-vos dizer que este acórdão, resultou exactamente de uma acção que foi instaurada, pela (ANTRP) Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários de Passageiros, contra designadamente o Conselho de Ministros, contra a Carris de Caminhos Ferro de Lisboa, e contra a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, e aí a (ANTRP) coloca a questão de saber se, em face desses subsídios que o Governo atribui a estas duas empresas constituem ou não, uma forma de distorção da concorrência e de alguma forma também constituam um atentado, ou uma violação designadamente ao artº87 e 73, do Tratado de Roma. O que o Tribunal de Justiça entendeu e pronunciou-se porque este processo chegou ao Supremo Tribunal Administrativo. O Supremo Tribunal Administrativo entendeu efectivamente, que esta questão era muito importante que fosse esclarecida uma vez por todas, suscitou um incidente de reenvio prejudicial para o órgão das Comunidades Europeias órgão judicial, designadamente o Tribunal de Justiça que concretamente disse exactamente o seguinte:

Os Estados membros não se encontram proibidos, de efectivamente, conceder subsídios desta ordem. Todavia as empresas que receberem subsídios compensatórios em relação ao serviço público que possam proporcionar têm de fazer a demonstração cabal de que existe uma relação directa entre esse serviço público e os subsídios que recebem.

Chegou à conclusão que, nem a Carris nem os Serviços Colectivos de Transportes do Porto fizeram essa demonstração. O Tribunal de Justiça disse exactamente, que a atribuição e o regulamento que se aplica a este tipo de auxílios do Estado, se opõem a atribuição de indemnizações compensatórios como as que estão em causa neste processo. Quando não seja possível determinar o montante dos custos às actividades das empresas em causa, no âmbito da execução das suas obrigações de serviços públicos e de alguma forma entendeu que o Supremo Tribunal Administrativo, deverá retirar daqui as respectivas consequências em relação àquilo que se passa no nosso País.

Sempre fui absolutamente tolerante, e compreendo as intervenções de todas as senhoras e senhores deputados, todos nós porventura temos as nossas razões para, de alguma forma, levantar aqui questões que são pertinentes; nunca tive dúvidas, nunca de resto levantei aqui e, de alguma forma, entendi que alguma observação da minha parte fosse em relação a quem fosse. Todos nós termos o direito de dizer, aquilo que nos vai na alma e especialmente aquilo que entendemos que é fundamental para o bem-estar dos cidadãos acima de tudo para podermos de alguma forma dizer aquilo que pensamos sobre as orientações desta Câmara Municipal.

Agora o que não posso deixar, há pouco ouvi com toda a atenção a Sra. deputada Catarina Martins do Bloco de Esquerda e referir-se à questão do Choupal. Quero-lhe dizer que, de facto, esta situação do Choupal era impossível, eu deixar de me pronunciar em relação à mesma.

Todos os que aqui estamos, somos filhos de Coimbra ou por adopção ou por naturalidade directa. Todos nós estamos aqui, no interesse de Coimbra.

Quero-lhe dizer concretamente que em relação ao Choupal tenho uma relação afectiva muito grande, frequento o Choupal há muitos anos porque tenho necessidade de o fazer, é aí que vou buscar grande parte das minhas forças para poder trabalhar durante a semana. E do meu ponto de vista, a posição que os senhores estão a assumir no âmbito do Choupal é uma posição meramente oportunista e é oportunista porque os senhores nunca aqui apresentaram nenhum elemento indicador no sentido de uma proposta de estratégia em relação à Cidade.

Os Senhores estão a agarrar-se à questão do Choupal, como se a questão do Choupal ou alguma das árvores fossem esse a verdadeira questão que de alguma forma podem por em causa o Choupal.

Quero-vos dizer que não é verdade, e independentemente do estudo de impacto ambiental ou da declaração de impacto ambiental, eu até dou isso de barato. O que vos quero dizer, em primeiro, permitam-me o desabafo, há muitos anos que lá treino, e nunca vos lá vi; em segundo, quero dizer que nunca ouvi da vossa boca dizer que é preciso requalificar o circuito de manutenção, nunca vos ouvi dizer, que era fundamental colocar iluminação nos acessos ao Choupal, nunca vos ouvi dizer que era necessário alargar o âmbito do espaço verde do Choupal, nem nunca vos ouvi dizer que era necessário que era importante para a qualidade de vida dos nossos cidadãos requalificar e melhorar as vias paralelas junto ao canal de regra no sentido de converter aquilo para ter espaços para ser utilizados como pistas de velocípedes

É nesse sentido que lamento profundamente aquilo que ouço em relação ao Choupal, acho que é demagogia pura, penso que de alguma forma deveriam repensar na vossa posição, porque Coimbra não ganha absolutamente nada com essas posições que estão a tomar.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

"O Grupo Parlamentar do PS, não poderia deixar de registar, o facto de, no próximo dia 14 de Julho ser dada a posse aos novos deputados ao Parlamento Europeu.

Não poderia deixar registar com agrado, que dois deputados de Coimbra vão estar nesse parlamento Europeu.

Fazendo jus àquilo que tem sido a representação de Coimbra no Parlamento com aquela importância, uma saudação especial ao Dr. Vital Moreira e uma saudação especial também à Dra Marisa Matias.

Queria fazer uma referência, uma estranheza que assolou toda a Cidade de Coimbra, pelo menos foi feita nos jornais e muito daqueles que estiveram naquela sessão do i Parque estranharam naturalmente, Sua Excelência o Presidente da República tivesse entrado mudo e saído calado. Com certeza teve as suas razões, e creio que bem! que poderia dizer sobre uma apresentação daquela estripe digamos assim, face ao que era possível visualizar.

Das duas, uma, enganar-se não se enganou, o que mais pode ter sido é ser enganado.

Senhor Presidente e Sr. Vereador João Rebelo, a algum tempo a esta parte, tem-se verificado e temos ouvido queixas, por alguma ineficácia das autarquias. É fácil cada cidadão em função dos seus problemas, nomeadamente na área do urbanismo enfrentarem a burocracia existente. Mas hoje a legislação foi alterada, a legislação hoje permite facilitar a vida do cidadão junto dos serviços municipais mas o que parece acontecer aqui na Câmara de Coimbra é que a legislação é tábua rasa e as dificuldades continuam a ser mais do que muitas, nomeadamente em relação àqueles cidadãos que pretende que a sua moradia e que muitas vezes são encontrados com aquela resposta que isso é um problema, nós sabemos o que é que isso quer dizer, o que é um problema.

Mas também quero referir que há técnicos que cumprem a sua obrigação para cumprir os prazos, os processos são despachados e apresentados a horas a quem de direito politicamente para despachar esse processo e depois de tecnicamente estarem informados demoram 3/4 meses em gabinete cujo a decisão política devia ser tomada, isto é grave.

Tanto mais grave, é que o governo pôs à disposição das autarquias locais a possibilidade de começarem a cooperar na aplicação do Simplex para as autarquias locais. Curiosamente e face à dimensão da Câmara de Coimbra, era natural que a Câmara de Coimbra se candidatasse a essa cooperação com o Governo em relação à aplicação conjugada de cooperação entre as duas entidades, para facilitar e modernizar a vida dos cidadãos nos corredores da Câmara e no distrito de Coimbra. Infelizmente só um município aderiu a este programa, curiosamente foi o município de Cantanhede.

Município, esse que tem aproveitado todas as oportunidades que o Governo da Administração Central tem colocado ao dispôr dos municípios, infelizmente o de Coimbra poderia dar o exemplo e isso não acontece. Dou mais exemplos, tem dois municípios, um a norte e outro a sul, municípios de pequenas dimensão, de forças políticas diversas, que é o caso de Águeda e de Pombal. Hoje, qualquer cidadão face à legislação que se aplica em relação ao licenciamento, tem na hora o licenciamento na mão, isto acontece em Pombal e acontece em Águeda. É ridículo que a Câmara de Coimbra não tenha definitivamente rumado pelo processo de modernização nesta área do urbanismo.

Uma outra questão jardim-de-infância da Solum.

O jardim-de-infância da Solum nomeadamente os pais, reclamam há 8 anos a instalação de um refeitório, sabendo que, o que vai acontecer ao jardim-de-infância, que vai ser transferido para o centro escolar da Solum. E curiosamente há poucos dias aparecem no jardim-de-infância da Solum, com a compreensão do pais em relação ao refeitório sabendo que vai haver a transferência para o centro escolar e as crianças vão tomar as refeições em frente à escola superior de educação, mas quando se toma a decisão de se avançar para o centro escolar e aquele jardim de infância vai para lá, apareceram agora os técnicos a fazer as medições para construir o refeitório, vale sempre a pena construir o refeitório mesmo durante este pequeno período de interregno em relação à transferência para o Centro escolar. Mas os pais já compreenderam que durante este período não terão problema em que as crianças se mantenham lá é incompreensível que ao fim de 8 anos não fizeram nada, agora que a solução está tomada, agora que o jardim-de-

infância por razões que todos nós conhecemos, em relação ao projecto do Metro, tem de ser intervencionado e alguma parte desaparecer, vai ser transferido para o centro escolar, agora vão construir o refeitório.

Há aqui qualquer coisa que não bate certo e é preciso explicações claras e objectivas para que não deixem dúvidas de suspeições de outra matéria.

Por último, em relação ao Hospital Pediátrico e agradecer a intervenção da deputada Margarida Viegas, mas eu creio que mesmo quando fazemos as nossas obras na nossa casa, que muitas vezes chegamos à conclusão que aquilo ficaria melhor de outra maneira, mas o essencial temos casa para viver, essa é que é a questão.

Creio que, aquilo que hoje podemos valorizar é que vamos ter um Hospital Pediátrico digno, com grande dignidade, vai dar dignidade a quem necessita dele e a quem trabalha nele.

Creio que devemos valorizar também, a não derrapagem financeira, em relação a esta infra-estrutura, em relação a esta grande obra para Coimbra, para a região e para o país.

Creio que o essencial nem que seja depois das eleições, o que interessa é que ele esteja concluído para que as nossas crianças, os nossos profissionais possam ter condições dignas de trabalho."

Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

Venho aqui hoje, agradecer duas coisas, uma boa e outra má!

No dia 8 deste mês, foi comemorado o dia da freguesia. Do dia 10 ao dia 13, decorreu a feira gastronómica em Brasfemes; no dia 8 a junta de freguesia fez questão, que ao dia da freguesia fosse associado uma inauguração, inauguração essa a da casa de freguesia de Brasfemes, que tem três valências a Biblioteca, Sala de Informática e Sala de Exposições permanentes. Honro-nos com a sua presença do Senhor vice-presidente da Câmara, Eng.º João Rebelo e ao Senhor vereador Dr. Mário Nunes que agradeço encarecidamente. È sempre uma mais valia, neste tipo de obras.

Por outro lado, para nós Brasferenses foi um orgulho tê-los lá, para estes senhores vereadores confirmarem a capacidade dos Presidentes de Junta neste tipo de intervenções. Os Presidentes de Juntas hoje não servem só para pavimentarem valetas e fazerem estradas, podemos fazer mais coisas e esta é exemplo disso seja em Brasfemes

Na feira gastronómica, que juntou muita gente, também gostávamos de ter visto o Senhor Presidente ou alguém a representá-lo, deixo aqui esta lamentação.

Mais tarde, no dia 19 foi inaugurada a escola EB1 foi requalificada, mas não na totalidade. O Senhor Presidente no local próprio, aquando da inauguração, fez querer e disse à população que por motivos financeiros já não se pode fazer o campo de jogos mas, que estava prometido.

A freguesia de Brasfemes e as crianças vão ter, concerteza, campo de jogos à semelhança de que outras freguesias tiveram aquando da requalificação.

Uma outra questão e que faço referência quase todos os anos e a população de Brasfemes vai-me chamando a atenção quase diariamente.

Aqui peço ao Senhor Presidente da Câmara para interceder porque é necessário a vontade política para o fazer.

Também sei, que há boa vontade por parte do Senhor Administrador Manuel Oliveira, estou a falar nos SMTUC, assim que recebesse mais carros novos que ía refazer os horários e que poderia eventualmente a nossa freguesia de Brasfemes ser contemplada com a carreira dos SMTUC.

O que é certo e que eu contacto e quero aqui deixar bem claro aqui nesta Assembleia é que o autocarro que vai à Torre de Vilela, vai a Lobo de Deus no limite da freguesia faz a volta, na Torre de Vilela mantém a volta até ao limite, o de S. Paulo de Frades também faz o percurso até ao limite da freguesia, Eiras e Souselas também mantém a volta até ao seu limite.

Por isso, estamos aqui numa situação, que se tem que resolver é o problema político, é preciso levar os autocarros dos SMTUC a Brasfemes.

Gostava que o Sr. Presidente prestasse um pouco mais de atenção, porque já várias vezes falei aqui sobre o assunto e ainda não obtive resposta. Também tem de haver vontade política para se resolver este problema

Um outro problema, e penso que não sou só eu a queixar-me, é que seja pago a primeira fase dos pagamentos do protocolo, porque as obras estão feitas e nós queremos pagar não podemos.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Queria dizer que sempre em todas as Assembleias deste mandato, assisti na maior parte das vezes no período antes da ordem do dia, a questões que pouco tinham a ver com a nossa Cidade, para as questões que fomos eleitos, mas mais para questões de interesse nacional que a outros mais competia sobre eles debruçarem-se. Entendo que, mais as vezes foram "meter a foice em seara alheia". Mais, foi um puro exercício de propaganda política era a coluna vertebral a que eu venho falar.

Não venho aqui de facto fazer nenhuma propaganda política.

Quando o Senhor deputado Moisés veio aqui, mais uma vez, falar na questão dos subsídios compensatórios, tenho a dizer-lhe que não agite essa bandeira, nem que seja com qualquer acórdão de qualquer Tribunal. Preste antes, uma homenagem a todos os autarcas que após o 25 de Abril, se têm batido pelo mesmo, em vão.

Inclusive em escrito pelo Senhor Presidente da Assembleia, não é nada diminuído com esse acórdão que veio aqui falar. Lembre-se de Pinto Balsemão que também não resolveu esse problema; lembre-se que Mota Pinto de Coimbra, que em memória estamos a homenagear, também não conseguiu resolver esse problema; como Cavaco Silva quando esteve no Governo nada fez para resolver; Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia; Santana Lopes autarca conhecido. Nada fizeram para resolver isto. Não difere nada, o que difere é que vocês fazem propaganda política com aquilo que não devem. No terreno, em concreto, nós Socialistas temos batido por isto, não enjeito que não o tenham feito, a mais das vezes com propaganda nos autocarros dos SMTUC, isto não é um problema de hoje, é um problema da cidade é um dever de todos nós autarcas.

Segundo ponto que também quero referir e dirijo-me à senhora deputada do Bloco de Esquerda.

Finalmente e com muita equidade ouvi-a falar num problema da nossa Cidade. Já não um problema que tantas vezes ouço na Assembleia da

República pelo seu líder, hoje ouvi-a falar de um problema concreto....., Ouvi dizer hoje mais do que isso, que esta Câmara é surda! Mas só agora senhora deputada, nestes termos com questões concretas? As senhoras têm aqui chafurdado em coisas de malicência, problemas concretos da nossa cidade, só agora, também em propaganda política, e sabe porquê, porque já anunciou a sua candidatura. Mas sabe que, quem foi tão cega aos problemas concretos da população chafurdando apenas, os cidadãos de Coimbra não a podem ver digna representante do município."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Assistimos aqui a um momento de magistral e populismo de demagogia pré-eleitoral, a campanha abriu, o Dr. Ferreira da Silva e o Senhor Dr. Moisés Geraldês, vieram aqui confirmar a forma como andam distraídos, e se calhar vêm a esta Assembleia só para ler o jornal, ou conversar com os colegas, porque de certeza não estiveram presentes nestes 4 anos.

O Bloco pautou-se e todos vós sabeis sempre por uma intervenção prepositiva e afirmativa sobre muitos variados assuntos sobre estratégias vital para a Cidade e para os cidadãos de Coimbra.

Sobre a questão do IC2, Dr. Moisés Geraldês, não proclame amor ao Choupal, faz-me lembrar salvaguardada à distância (os violadores que um dia amam as mulheres e à noite massacram-nas) se ama o Choupal não o maltrate, defenda-o. Porque a questão do Choupal, não é uma questão do Bloco de Esquerda, não é da CDU é da Cidade é de todos e nunca até hoje, executando a luta contra a co-incineração em Souselas houve um movimento cívico de grande amplitude e tão firme pela defesa efectivamente do Choupal que é património histórico, cultural e ambiental da nossa cidade. E o que se vai lá fazer é um verdadeiro atentado ambiental, e esta Cidade é sistematicamente mal tratada e abordada como uma cidade do terceiro mundo.

Pois convido todos que tenham dúvidas a ir ao site, para ver se as nossas questões programáticas, que estão no nosso site e somos o primeiro partido em Coimbra que lançou publicamente a discussão pública do seu programa na internet, onde estão as nossa propostas.

Devo refrescar a memória ao senhor deputado dizendo que o IC2, foi trazido a esta Assembleia em Dezembro, antes da declaração de avaliação de impacto ambiental, pelo Bloco de Esquerda, justamente pelas mesmas preocupações e em Março na última Assembleia trouxemos aqui uma proposta não só de dizer mal, mas, sim construtiva, no sentido que se debate-se com a cidade, auscultando-se, fazendo-se propostas muito concretas inclusive nome para se discutir a questão do IC2 Chama-se a isto discutir construtivamente os problemas com a cidade.

Os senhores deputados, se andam distraídos aconselho-os a estarem mais atentos.

Até as próprias actas da Assembleia, são bem elucidativas sobre o papel do Bloco de Esquerda nesta Assembleia fazendo propostas e abordagem sobre questões estratégicas a Cidade.

Como a Penitenciária, o PDM, como seja os destinos a dar, ou seja os cambalachos, com fumos de corrupção, que esta Cidade está totalmente

enredada em relação aos interesses imobiliários que governam esta cidade na verdadeira acessão da palavra."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Vou ver se consigo ser sucinto nas várias interrogações que me colocaram e tentando deixar o menor número possível de interrogações fora desta resposta.

A primeira questão, que me colocaram foi a questão do Hospital Pediátrico dos acessos, dos arruamentos e das infra-estruturas.

O compromisso que nós temos, é de ter pronto, através da intervenção que está a ser feita, os acessos, os arruamentos, e as infra-estruturas a ponto do Hospital Pediátrico não sofrer nenhum atraso na sua entrada em funcionamento.

O que aconteceu com a Associação Acreditar, esta associação Acreditar foi uma coisa que vale apenas explicar, uma vez que penso que ela ainda não teve ainda uma explicação sucinta e que toda a gente compreende isso.

Nós tínhamos ali, três intervenções ao mesmo tempo; numa zona, relativamente pequena e tínhamos constrangimentos em relação às intervenções; há uma obra privada e que tinha sido licenciada que estava a ser executada, uma tal que lá está em terrenos privados perto de acesso ao Pediátrico. Resultava já das negociações tidas, na altura, em relação a todo o complexo urbanístico e intervenção naquela zona; depois tínhamos a obra da Associação Acreditar e a obra do Pediátrico. E o problema foi, compatibilizar aquilo tudo. Como sabem a Acreditar foi uma associação que encontrou o espaço com a colaboração do Ministério da Saúde com muita pressão da Câmara Municipal. A Câmara Municipal insistiu junto do Ministério da Saúde para lhe ser concedido aquele terreno. Mas na verdade naquela altura nós não conseguíamos fazer mais. O Hospital Pediátrico recusava-se a retirar a entrada para o outro lado, entendia que o ponto de vista da obra não era possível, no ponto de vista da obra privada havia trabalhos de contenção, trabalhos de construção de suportes da obra que não era possível também alterar e não conseguíamos senão começar a obra como começamos com um estritíssimo corredor de acesso até à zona debaixo do telheiro, isso foi explicado.

Entretanto, fizemos para a Associação Acreditar funcionasse naquilo que era o essencial, fizemos o abastecimento de água e a bombagem dos esgotos, para ela começar a funcionar como sede da Associação.

Foi isso que foi dito sempre à Associação Acreditar, e não o conseguimos fazer de outra maneira, de acordo com o planeamento da obra. Penso que a Associação já percebeu e todos os seus intervenientes perceberam quais são as dificuldades que tivemos, no ponto de vista técnico foram muitas horas perdidas a tentar encontrar uma solução, o nosso gabinete técnico fez de facto o que podia mas não foi possível fazer mais.

A seguir falo na Associação Integrar.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, que o balneário não vai fechar!

Aliás estimaria que a Associação Integrar não fizesse isso, por uma razão muito simples. A Associação Integrar é uma associação muito responsável,

tem conosco vários protocolos, tem conosco várias intervenções sociais a cargo dela, contratadas com a Câmara Municipal de Coimbra.

Sempre entendi que os responsáveis pela Integrar percebiam qual era o problema que estava em jogo, não era nenhuma incapacidade financeira da Câmara Municipal, não era nenhuma teimosia nem distração da Câmara Municipal era uma questão jurídica que foi levantada pela contabilidade da Câmara Municipal e que precisava de ser resolvida. E precisou de ser resolvida, tende para tal obtido do gabinete jurídico com um parecer que resolveu a questão e que só me permitiu despachar no dia 24/06/09 para ser solucionada a questão. A Associação Integrar já teve conhecimento, do que nós tínhamos decidido, em função do parecer jurídico, já não há naturalmente nesta altura nenhuma querela porque naturalmente o pagamento será feito e as importâncias que deveriam ser arbitradas serão atribuídas. Sendo certo que do ponto de vista jurídico, em relação ao Rancho de Coimbra e em relação à figura jurídica do contrato e aos direitos de arrendamento que era essa a questão fundamental que também se ponha em causa, a situação está esclarecida e a Integrar também está esclarecida em relação ao complexo dos direitos fundamentais.

Os resultados da inspecção só devem ser conhecidos quando o Tribunal de Contas se pronunciar, até lá são processos que estão em organização, não são processos públicos

Aliás quando as inspecções, remetem à Câmara os seus textos dizem que elas são a cobertas do segredo. E portanto, se são dados conhecimentos não é por mim de certeza nem eu posso dar conhecimento de nada.

A terceira questão que é a questão da rede escolar do concelho. É um tema aliciante e vale a pena, de facto, dar um conjunto de informações que porventura os senhores não tenham em relação a isso.

A realização da aprovação da carta educativa, e o planeamento das obras em função da carta educativa, permitiu que a Câmara Municipal de Coimbra, programa-se um conjunto de intervenções que não tem paralelo nos últimos tempos.

Eu insisto porque vale a pena insistir nisto. Penso que há pessoas que ainda não entenderam ou fingiram que não entendem.

O sistema educativo foi aplicado como grande ideia deste Governo, mas com grande realização das autarquias locais todas, de um momento para o outro mudou o sistema educativo, mas não mudaram as disponibilidades dos municípios, não mudaram as capacidades dos municípios e os municípios tiveram de fazer em dois anos aquilo que porventura deveriam ter feito em três ou quatro.

Tiveram que se mobilizar recursos, tiveram que negociar com várias instituições o seu envolvimento, alterar escolas, alterar formas de funcionamento, tiveram de fazer uma verdadeira revolução na sua actividade, uma mobilização de recursos absolutamente fora e perspectivada. Porque reparem, com é, tendo escolas antigas e se aplica um sistema novo, quanto é que custa transformar cada uma das escolas antigas para se utilizar um sistema novo. Tinham elas todas refeitórios? Não! não tinham, tinham elas

todas salas suficiente? não tinham! tinham elas todas instalações desportivas? não tinham!

Portanto, foi um trabalho paciente de mobilização de recurso e execução, que nos levou a um investimento muito significativo ao longo dos últimos anos. Investimento a mais de 14 milhões de euros no total e que permitiu que muitas das escolas, fossem verdadeiramente beneficiadas. A última que interviemos foi a escola de Brasfemes e lembro-me o que as pessoas diziam em Brasfemes, em relação àquela escola.

Aquela escola, era uma escola degradada, sem condições, onde chovia nas salas de aula com absoluta falta de dignidade em relação a sua frequência. O que aquela escola hoje é, é uma escola completamente diferente, uma escola totalmente remodelada, que tem, porventura, as melhores condições de todas as escolas do concelho de Coimbra.

O senhor Presidente da Junta concorda comigo, porque assim o fez também no local. Falta-lhe o que não pode ser incluído na empreitada, por questão dos aumentos dos trabalhos a mais, não podia comportá-la. Mas vai ter o poli desportivo que essencial no conjunto da escola nesta altura que se está a criar.

Mas, o programa que nós temos em relação às novas intervenções nas escolas é um programa que nos vai exigir qualquer coisa com 6 milhões e meio de euros e que está nesta altura em curso.

Diria, o que nós estamos a fazer nesta altura, nós estamos nesta altura com a adjudicação de cinco escolas, intervenções menores mas intervenções significativas em cinco escolas, Castelo Viegas, Torres do Mondego, Cruz dos Mourouços, Adémia e Larça, para seleccionar problemas existentes.

Temos adjudicada a intervenção na EB1 de Coselhas, que vai ter uma grande intervenção, vai ser uma das escolas que vamos potenciar, porque em função da Carta Educativa ela está focalizada justamente num ponto que merece e deve ser potenciada, vai ser melhorada, alargada vai ser dotada com óptimas instalações, a obra vai orçar em 600 mil euros, e irá iniciar-se em início de Julho.

O Centro Escolar de Montes Claros, porque no fundo é uma escola básica EB1, está construída ao lado de um jardim-de-infância que construímos muito recentemente e forma um conjunto vai mobilizar recursos na ordem de 1 milhão e cinquenta mil euros, está aprovada e foi concursada em 29/06/09, ou seja ontem.

O Centro Educativo da Vale das Flores vai mobilizar outra vez 1 milhão e cinquenta mil euros e vai por ventura ser concursada na primeira quinzena de Julho na próxima reunião da Câmara Municipal, assim como o Centro Educativo da Solum, que vai mobilizar na ordem dos dois milhões e quinhentos mil euros e que vai também na primeira quinzena de Julho ser concursada.

A Escola Básica do Tovim vai ser outra das escolas que vamos ampliar, tem condições, tem espaço, vai ser ampliada porque a escola do Tovim está esquecida em relação a sua frequência, motiva o êxito para outras escolas absolutamente despropositado porque ela corrigida com novas condições com outras valências é naturalmente uma escola que vai ter muita procura. A escola do Tovim vai custar a remodelação em 400 mil euros e vai ser lançada em final de 2009.

Estamos a concluir os projectos, da escola básica do Loreto, estamos a concluir o projecto da escola básica de St^a Cruz, estas vão ser obras só por ventura no primeiro trimestre em 2010 serão lançadas.

Quanto ao Jardim-de-infância da Solum, nós temos que verificar o seguinte: Nós temos uma resposta do jardim-de-infância na ordem de 100% no concelho, temos uma enorme concentração de jardins-de-infância de rede social pública e privada naquela zona, vamos ter mais um jardim-de-infância, só vai acontecer porque há um centro educativo que abrange escola EB1 mais jardim-de-infância muito perto.

Temos uma enorme carência de creche, queremos atingir no fim deste ano 50% da cobertura, queremos atingir no fim do ano que vem, 75% da cobertura em creche, o esforço que estamos a fazer, quer com recursos da própria autarquia quer com o recurso à intervenção do sector social e do sector privado é muito grande e as respostas tem sido muito boas.

Por isso, tenho alguma confiança em fixar estes objectivos, e dizer que os vamos alcançar como na altura pensei que poderemos alcançar os 100% em relação aos jardins-de-infância, temos de ver o problema no seu todo, queremos que aquele jardim-de-infância seja transformado numa creche e queremos que aquela creche preencha uma valência naquele local falta em absoluto.

Quero dizer aos senhores membros da Assembleia Municipal, duas coisas para terminar.

Em primeiro lugar, tivemos de facto a vista do Senhor Presidente da República, que muito nos honrou para lhe ser apresentado o "i Parque".

O Senhor Presidente da República sabia ao que vinha. Tinham os seus assessores visitado o "i Parque", tinha a informação toda sobre o "i Parque" e quis de propósito vir ver o "i Parque".

O Senhor Presidente da República percebeu que vindo ao "I Parque" dava um valor muito significativo a um grande investimento que Coimbra fez quebrou com o passado de inactividade do concelho e do município de Coimbra, que quebrou com as amarras do isolamento de Coimbra em relação à empresarialização e à empresarialização das áreas tecnológicas que ultrapassava situação de degradação da concorrência que Coimbra tinha.

Não vale apenas estar a construir teorias, da difamação sobre a visita do Senhor Presidente da República, todos temos de ter respeito muito grande com o Senhor Presidente da República para perceber que ele nunca se prestaria a fazer qualquer coisa de menos digno.

O Senhor Presidente da República compreendeu, tive a ocasião de lhe explicar, tive a ocasião de explicar e de homenagear pessoalmente duas pessoas, que já referi aqui e na Câmara Municipal, foi o Arquitecto Vasco Cunha e o Prof. Agostinho Almeida Santos, como interpretes de uma ideia cujo o único problema era nunca ter concretização. Mas o problema não era deles de certeza.

Expliquei ao Senhor Presidente da República como gostaria de ter um centímetro quadrado daquele parque, já expropriado por anteriores Câmaras Municipais, mas naturalmente conclui que não o tinha, expliquei ao Senhor Presidente da República como gostaria que as Câmaras anteriores tivessem utilizados os fundos comunitários, que se passaram os três quadros

comunitários anteriores, para preparar um parque como Centro Tecnológico como aquele está, no qual agora foi investidos 12 milhões, o Senhor Presidente da República compreendeu.

Queria dizer aos Senhores membros da Assembleia Municipal também o seguinte:

Já disse à Senhora Secretária de Estado da Administração Administrativa que o que as Câmaras Municipais precisavam não era apenas da adesão ao simplex, a questão é mais profunda, é que o simplex tem que pre-ordenar, uma intervenção ao nível da distribuição das competências, designadamente das competências de intervenção no licenciamento, por mais que nós, simplifiquemos quando há quatro, cinco e seis entidades sucessivamente a pronunciar-se pela mesma coisa, então as coisas têm de correr mal.

A primeira coisa que têm de ser feita é uma alteração legislativa dizendo: Por exemplo, o IGESPAR, há Câmaras com centros históricos, há Câmaras com centro de arqueologia, então não é preciso a intervenção do IGESPAR delegam nas Câmaras e as Câmaras apreciam. Com isto poupa-se um tempo extraordinário, e poupa-se uma confusão que nesta altura existe e que é repetida.

Talvez os senhores membros da Assembleia não saibam, mas, este mês de Julho vai entrar em funcionamento uma coisa que se chama mainnet, isto significa que os particulares podem através da Internet, fazer os requerimentos para o licenciamento, e podem acompanhar todo o processo de licenciamento na Internet. É um passo muito significativo na facilitação do acesso, é um passo muito significativo que a própria Câmara pode dar porque se preparou para isso, se, não se tivesse preparado para isso evidentemente que não era possível. O que nos falta é justamente este ponto de ligação.

E falta-nos também outra coisa, é que, sempre que um governo, qualquer que ele seja, publique legislação tem de perceber o que é que está a fazer.

Não pode, por exemplo, criar condições como estas, estamos a fazer reabilitação dos centros históricos, e entretanto há diplomas sobre a reavaliação do comportamento energético dos edifícios, então o que é que nós fazemos aos edifícios que temos reabilitar, que têm telhados assentados por madeira, que têm soalhos em madeira, que têm paredes em tabique.

O que é que fazemos as estes edifícios? Deitamo-los todos abaixo? Por uma questão de segurança do ponto de vista energético contra incêndios, ou preservamos.

O efeito de preservação e de reabilitação inclui respeito pelo passado mesmo por técnicas construtivas, ou é tábua rasa. A legislação tem de perceber, porque senão o que acontece é que os dirigentes dos nossos Centros Histórico vêm ter com os Presidentes de Câmara e dizem que já não conseguem fazer reabilitação nenhuma porque, não podemos fazê-la dentro desta circunstância legal.

Por isso as pessoas têm de perceber exactamente o que é que estão a fazer, quando mexem na legislação. Quais são as consequências, o que é que vão atingir, quais os objectivos e resultados que vão atingir.

Queria fazer uma referência última.

Hoje de manhã participei numa sessão que me encheu de alegria. Comemoramos os 40 anos da APPACDM é uma instituição com um valor extraordinário em Coimbra, tem feito uma obra extraordinária em Coimbra, eu gostaria, Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Assembleia se associasse a esta comemoração, deixe que lhe entregue porque acho que vale a reafirma-la.

Queria por último deixar uma palavra de muita saudade para um amigo que era o Dr. Brito Xavier.

A minha forma de fazer política, não me faz fazer política com rancor, com oposição pessoal, com afastamento ente as pessoas, com diminuição de consideração por elas, antes pelo contrário, a minha forma de fazer política faz com que, os meus adversários políticos sejam tratados com o mesmo respeito como me tratam a mim sempre. Porque esta superfluidade é essencial a todos e a consideração que todos nós devemos ter com os outros está muito acima das meras querelas da criação política.

Podemos insultar o parceiro mas não é esta a forma de fazer política, não é esta a forma de uma pessoa indicada faz para fazer política.

Qualquer pessoa sem pergaminhos democráticos e sem educação é capaz de fazer isso muito melhor, a educação é fundamental na actividade e no exercício da política.

Por isso, senhores membros da Assembleia Municipal, Brito Xavier nisso era um exemplo."

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Pois pode haver protesto nomeadamente de alguém que não percebeu a minha mensagem. Há uma coisa Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores.

Senhor Presidente da Câmara, trapaceiro não o sou!

Trago aqui o fax a que me referi, para lho oferecer, o fax recebido da Associação Integrar no dia 29/06/2009 às 16h 59 m.

O Senhor Presidente tentou-me silenciar, e a opinião que passa é que, e agora para complementar isto. Porque de tónho não tenho nada. Tenho uma mensagem recebida agora do Dr. Jorge Alves que me diz assim:

Ligou-me a pedir que não se fechasse amanhã e que o pagamento é todo feito no mês de Julho.

Face a este pedido anui que este telefonema foi na sequência da sua intervenção.

Palavras para quê Senhor Presidente!.

Agora ofereço-lhe o fax que recebi e qual fiz referência."

Período da ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira pelo que o Presidente da Assembleia colocou de imediato os dois pontos que se seguem em discussão conjunta.

Ponto 2 - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra - alteração:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 29 de Junho deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 3 - Mapa de Pessoal dos Serviços de Transportes Urbanos de Coimbra - alteração:

Sob a proposta da Câmara datada de 15 de Junho de 2009, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços de Transportes Urbanos de Coimbra

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - Aquisição de gasóleo a granel pelos SMTUC-repartição de encargos:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"É só um pedido de esclarecimento.

Nós estamos aqui essencialmente a votar o quê?

É que não é claro o que é que vem à votação desta Assembleia Municipal, vem à votação a autorização ao executivo para proceder à adjudicação, não deve ser porque já foi adjudicada.

Tem haver com as regras dos contratos públicos que obriga, ou que limita a forma de ajuste directo, está dentro da lei?

Confesso que não percebo o que nos é trazido aqui à votação."

Presidente da Câmara

Em relação a isto, é só porque ele abrange 3 anos sucessivos. No que respeita à Assembleia, ele deve vir à Assembleia porque, prolonga-se este contrato, por três anos, este e mais dois é só por causa disto.

Intervenção do deputado Pinto Ângelo:

O respeito que esta Assembleia merece no mínimo, é que esta proposta seja feita, antes de ter sido homologada e aprovada.

Porque já está em funcionamento, ela iniciou-se em Maio deste ano.

Eu pessoalmente penso e não tenho os dados suficientes que me permitem dizer, se está dentro da legalidade ou se cumpre todos os formalismos legais.

Se não é obrigatório que este contrato fosse feito com a aprovação previa da Assembleia Municipal. Não tenho a certeza absoluta, porque o código dos contratos públicos ainda é demasiado complexo e não o conheço com a profundidade necessária. Mas também não é menos verdade, como é normal também e nós às vezes conseguimos suprir essas deficiências, mas como também é normal não veio com a fundamentação necessária e com os esclarecimentos necessários para sabermos o que estamos a votar.

Eu pessoalmente, se não for aqui esclarecido terei de votar contra, porque não sei se estou a votar em ilegalidades, sinceramente que não sei e não

estou a dizer que o é. Estou a dizer que tenho dúvidas de que seja oportuna ou no mínimo tempestiva a solicitação da aprovação da Assembleia Municipal e daí a minha opinião acho que não vale apena sujar as mãos por tão pouco."

Posto à votação, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Abril último, foi deliberado por maioria, com 43 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções, autorizar a repartição de encargos, relativos ao fornecimento de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do seguinte modo:

Ano de 2009 - 1.382.600,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 1.659.120,00 €;

Ano de 2010 - 2.073.900,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 2.488.680,00 €;

Ano de 2011 - 691.300,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 829.560,00 €.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Moisés Geraldés:

"Só para dizer o seguinte:

Na sequência da intervenção do deputado Pinto Ângelo, nós entendemos e a declaração de voto da bancada da maioria "Por Coimbra" resultou do seguinte:

Em primeiro lugar a proposta é no sentido em que no dia 25 de Março de 2009, foi deliberado pelo Conselho de Administração e intenção de adjudicar, foi nesse sentido que nós interpretamos e neste caso propõe-se que o Conselho de Administração delibere adjudicar.

É óbvio e penso que existe toda a racionalidade da proposta, razão pela qual nós votamos a favoravelmente."

Ponto 5 - Vigilância e segurança de instalações municipais - repartição de encargos:

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 15 de Junho, foi deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos, relativos à contratação de serviços de vigilância e segurança de instalações Municipais, do seguinte modo:

Ano de 2010 - 200.000,00 € acrescido de IVA

Ano de 2011 - 240.000,00 € acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

Ano de 2012 - 240.000,00 € acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

Ano de 2013 - 40.000,00 € acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno em S. Martinho de Árvore:

- Para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de Maio último, foi deliberado por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a desafecção do domínio público municipal da parcela de terreno situada na Travessa da Rua de São Sebastião, Freguesia de S. Martinho de Árvore, terreno destinado a construção urbana, com área de 13,75 m², a confrontar do Norte, Sul e Poente com domínio público municipal e do Nascente com a Capela de S. Martinho de Árvore e a sua integração no domínio privado do Município para a construção de instalações sanitárias de uso público na freguesia de S. Martinho de Árvore.

Ponto 7 - Atribuição de Medalhas de Ouro da Cidade de Coimbra a:

-António Jorge Moreira Portugal

-Maria Helena da Rocha Pereira

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS);

Em nome do Grupo do PS, naturalmente vimos expressar a nossa congratulação com esta atribuição com duas medalhas de ouro

Por este município a dois grandes nomes, um da Cultura Política outro da Cultura Científica, António Portugal que já foi homenageado, há alguns anos, vasta recordar a Avenida António Portugal e mais recentemente no passado sábado.

É uma referência do nosso património, um cultor magnífico da guitarra e efectivamente esta sua memória não pode ser esquecida.

Como também não pode ser esquecida da memória política como deputado que foi nesta mesma Assembleia e também na Assembleia da República.

Maria Helena da Rocha Pereira, uma Professora Universitária, muitos de nós se calhar seus alunos, recordo muito antes da democracia o que ela significava e o padrão que ela imprimiu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como se pode ver pelos currículos juntos, tem sido recentemente homenageada, com prémios que singularizam uma pessoa especial.

As homenagens que lhe irão ser concedidas hoje por esta Assembleia e provavelmente já o foram pela Câmara são de facto as mais justas e só queria terminar dizendo que estes actos muito dignificam o trabalho desta Assembleia e no fundo também da Cidade de Coimbra no fundo creio também que partilho o vosso sentimento não podemos ficar alheios.

Portanto, consideramos e reiteramos como das mais sérias e justas medalhas de ouro atribuídas.

Presidente da Assembleia sobre este assunto disse:

"Não posso deixar de dizer que quanto à Dra. Maria Helena da Rocha Pereira sobre os seus méritos científicos, o prestígio que granjeou no país e no estrangeiro, foi impressionante. Por várias razões tive a oportunidade de testemunhar isso.

Quanto a António Portugal para além dos méritos todos, não acrescentarei nada de seus méritos de cidadania e de todos os propósitos mas, dou esta nota pessoal, grande colega solidário e amigo pessoal."

Sob a proposta da Câmara datada de 15 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a Atribuição de Medalhas de Ouro da Cidade de Coimbra ao Dr. António Jorge Moreira Portugal e a Dra. Maria Helena da Rocha Pereira.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

O Presidente da Mesa pediu à Assembleia que fosse apreciado um ponto fora da agenda, a pedido do Sr. vice-Presidente com carácter de urgência:

Alteração ao artigo 7 do Regulamento do Parque Industrial de Taveiro

Proposta:

A ACIC tem acompanhado, através da sua direcção e de empresários ligados ao Parque de Taveiro, o processo de transformação da gestão daquele Parque.

Foi sugerida uma alteração para o artigo 7º do Regulamento, publicado através do Edital nº161/2007, que se traduz no seguinte texto substitutivo do actual normativo:

1-O Parque constitui-se em Condomínio

2-O Condomínio observará o disposto na Lei Civil relativamente a regras de convocação, funcionamento e deliberações da Assembleia de Condóminos

3-A Gestão do Parque cabe à Sociedade Gestora do Parque Industrial.

A Assembleia Municipal, deliberou, sob proposta da Câmara datada de 29 de Junho, aprovar por unanimidade a proposta de alteração ao artº7º do Regulamento do Parque Industrial de Taveiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo dezanove horas, o Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.